

De: carlosnambu <carlosnambu@terra.com.br>  
Enviado: quarta-feira, 15 de novembro de 2006 21:04:37  
Para: undisclosed-recipients:  
Assunto: En:Rapídim Nº 67 - 15-11-2006

### Secretariado planeja ações para 2007

O Secretariado do Fórum Nacional DCA se reúne de 30 de novembro a 1º de dezembro, no Rio de Janeiro, para planejar as ações do coletivo para o próximo ano. O ponto de partida será o planejamento estratégico construído no início do ano para toda a gestão do Secretariado. Este documento foi fruto das contribuições apresentadas pelas entidades filiadas ao Fórum durante a Assembléia do ano passado.

Para o próximo ano, o Fórum já conta com parcerias com o Fundo Nacional para Infância e Adolescência/Conanda/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Comitê Betinho dos Funcionários do Santander Banespa/Afubesp/Fundação Abrinq, IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais, Fundação Fé e Alegria, Kindernothilfe (KNH) e Maristas.

#### Sociedade civil elegeu nova representação no Conanda

Com a participação do Secretariado Nacional do Fórum DCA, entidades da sociedade civil que atuam com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente elegeram na semana passada seus novos representantes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Das 28 entidades que disputaram as 14 vagas de titular e 14 de suplentes, somente quatro não são filiadas ao Fórum DCA. Todas as 14 entidades titulares integram o Fórum. A posse da nova representação acontecerá no dia 13 de dezembro. A nova representação comporá o VIII mandato do Conselho no biênio 2007/2008.

O Conanda, criado em 1991 pela lei federal nº 8.242, é o órgão responsável por formular políticas públicas para crianças e adolescentes. É composto por 28 conselheiros, sendo metade representando a sociedade civil e a outra metade indicada pelo governo.

#### Fundeb é aprovado em Comissão Especial

Entidades que integram a campanha "Fundeb pra Valer", entre elas o Fórum Nacional DCA, estão cobrando agilidade da Câmara dos Deputados na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A intenção é garantir a promulgação da matéria ainda este ano para que o Fundo entre em vigor já em 2007.

Na semana passada, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisou a PEC aprovou por unanimidade o relatório da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP). A PEC ainda precisa ser aprovada em dois turnos pelo Plenário da Câmara.

O passo seguinte seria a promulgação da Emenda pelo Congresso Nacional. A luta pelo Fundeb, no entanto, não termina aí. Depois, será necessário que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso um projeto de lei de regulamentação da Emenda. É esta proposta que vai fixar o fator de diferenciação por nível e modalidade da educação (creche, pré-escola, ensino fundamental, urbano e rural, ensino médio e educação especial) e definir o piso salarial nacional do magistério, entre outras coisas.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the success of any business and for the protection of the interests of all parties involved. The document also highlights the need for transparency and accountability in all financial dealings.

In addition, the document outlines the various methods and techniques used to collect and analyze data. It provides a detailed overview of the different types of data that can be collected and how they can be used to gain valuable insights into the performance of a business or organization.

The document also discusses the importance of data security and privacy. It emphasizes that organizations must take appropriate measures to protect their data from unauthorized access and disclosure. This includes implementing strong security protocols and ensuring that all data is handled in a secure and confidential manner.

Overall, the document provides a comprehensive overview of the various aspects of data management and analysis.

It is hoped that this document will provide a valuable resource for anyone interested in learning more about data management and analysis. The information provided here is intended to be a starting point for further exploration and research in this field.

The document also includes a list of references and a bibliography. These references provide additional information and resources for those who wish to delve deeper into the topics discussed in the document. The bibliography is organized alphabetically and includes a variety of books, articles, and other sources.

Finally, the document concludes with a summary of the key points discussed throughout. It reiterates the importance of data management and analysis and encourages readers to continue to explore and learn more about this field.

The document is intended to be a helpful and informative resource for anyone interested in data management and analysis.

It is hoped that this document will provide a valuable resource for anyone interested in learning more about data management and analysis. The information provided here is intended to be a starting point for further exploration and research in this field.

The document also includes a list of references and a bibliography. These references provide additional information and resources for those who wish to delve deeper into the topics discussed in the document. The bibliography is organized alphabetically and includes a variety of books, articles, and other sources.

Overall, the document provides a comprehensive overview of the various aspects of data management and analysis.

It is hoped that this document will provide a valuable resource for anyone interested in learning more about data management and analysis. The information provided here is intended to be a starting point for further exploration and research in this field.

The document also includes a list of references and a bibliography. These references provide additional information and resources for those who wish to delve deeper into the topics discussed in the document. The bibliography is organized alphabetically and includes a variety of books, articles, and other sources.

Overall, the document provides a comprehensive overview of the various aspects of data management and analysis.

### Fórum DCA e Conanda sugerem emenda ao Orçamento da União

O Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) apresentaram uma sugestão de emenda ao Orçamento da União para 2007 no valor de R\$ 107 milhões. Os recursos seriam aplicados no programa de atendimento de adolescentes em conflito com a lei. A proposta original do governo prevê apenas R\$ 17 milhões para esta finalidade.

A sugestão foi feita na semana passada durante audiência pública realizada pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, em Brasília (DF). Na ocasião, vários representantes da sociedade civil de três estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal reivindicaram mais recursos para a área social.

A Secretária Nacional do Fórum DCA, Tiana Sento-Sé (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais), destacou o caráter político da emenda apresentada. Segundo ela, os recursos também vão permitir a implementação do Sistema Nacional de Mídias Sócio-educativas (Sinase), um tema prioritário para o movimento da criança e do adolescente.

Durante a audiência, Fórum DCA e Conanda também se posicionaram contrários à Desvinculação das Receitas da União (DRU). As entidades temem que o mecanismo se espalhe para estados e municípios e reduza ainda mais os recursos destinados às políticas públicas.

A secretária-executiva do Fórum Brasil Orçamento, Eliana Magalhães Graça, também defendeu mudanças nas prioridades da peça orçamentária. Segundo ela, o Brasil deve privilegiar as políticas sociais e não o ajuste fiscal. Na proposta enviada pelo governo para o Orçamento de 2007, mantém-se o índice de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para o superávit primário.

Eliana Graça reclamou, por exemplo, da diminuição dos recursos previstos para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O governo planeja gastar pouco mais de R\$ 366 milhões com o programa em 2007 - no Orçamento de 2006, foram destinados mais de R\$ 375 milhões para essa área.

#### CURTAS

**Fórum Social** - O prazo para inscrição de atividades no Fórum Social Mundial 2007 termina no próximo dia 30 de novembro. O evento será realizado em Nairóbi, no Quênia, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 2007. **Informações:** [www.wdf2007.org](http://www.wdf2007.org).

**Marielma** - O Tribunal de Justiça do Pará adiou para 4 de dezembro o julgamento de Ronivaldo Guimarães Furtado, previsto inicialmente para o último dia 7. Ronivaldo Furtado é o principal acusado da morte da menina Marielma de Jesus Sampaio, de 11 anos. O crime aconteceu em novembro do ano passado, no bairro da Sacramento, em Belém (PA). A menina trabalhava como babá na casa de Ronivaldo e foi torturada até a morte. A esposa do acusado, Roberta Rolim, foi condenada a 38 anos de reclusão em agosto passado pela participação no crime.

**Comemoração** - O Fórum Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão, com o apoio da Terre des Hommes, realiza de 13 de novembro a 1º de dezembro a Semana de Comemoração de 58 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Durante o evento será realizado um concurso de redação, com o tema "Direitos de Crianças e Adolescentes são Direitos Humanos?". O concurso é aberto a todas as crianças com idade entre 11 e 14 anos, regularmente matriculadas nas escolas públicas de São Luís (MA).



**PROGRAMA-SE**

- ✓ 13 e 14/12/06 - Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Posse da nova representação da sociedade civil - Brasília (DF)- Informações: (61) 3429-3525.
- ✓ 15 a 18/11/06 - IV ENES - Encontro Nacional de Educação Social - Belo Horizonte (MG) - Objetivos: promover o intercâmbio nacional de experiências, discutir novas metodologias e debater a Política de Educação Social - Informações: [www.educacaosocial.org.br](http://www.educacaosocial.org.br).

**EXPEDIENTE**

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**Apoio:** Fundo Nacional para Infância e Adolescência/Conanda/Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC/Marista), Comitê Betinho dos Funcionários do Santander Banespa/Fundação Abrinq, IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais, Fundação Fé e Alegria e Kindernothilf.

O *Rapidim* conta com a colaboração da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves (2434 - DF) - (61) 9982-8367.

**Secretariado Nacional**

Tiana Sento-Sé - Secretária Nacional (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais); Carlos Fritzen (Fundação Fé e Alegria)- Secretário Adjunto; Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista) - Secretária de Finanças; Itamar Batista Gonçalves (Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente) - Secretário de Articulação.

**Suplência**

Cecria (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes) e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

**Conselho Fiscal**

OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Pastoral do Menor/CNBB e CUT (Central Única dos Trabalhadores). Suplentes: FENATIBREF (Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas) e Comunidade Bahá'í.

**Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA**

SAS Quadra 05 - Bloco N - Lote 01 - sala 221 - 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444 - Selma Batista (secretária executiva) - Gracileia Lima Aguiar (assistente financeiro) - [forumdca@forumdca.org.br](mailto:forumdca@forumdca.org.br) - [www.forumdca.org.br](http://www.forumdca.org.br).

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
DEPARTMENT OF CHEMISTRY  
5800 S. UNIVERSITY AVENUE  
CHICAGO, ILLINOIS 60637

RECEIVED  
JAN 15 1964

FROM  
DR. J. H. GOLDSTEIN

TO  
DR. R. F. SCHNEIDER

RE  
NMR SPECTRA OF POLYMER SOLUTIONS

PLEASE REFER TO  
YOUR LETTER OF JANUARY 10, 1964

YOUR LETTER OF JANUARY 10, 1964  
HAS BEEN RECEIVED AND THE  
MATTER IS BEING CONSIDERED

YOUR LETTER OF JANUARY 10, 1964  
HAS BEEN RECEIVED AND THE  
MATTER IS BEING CONSIDERED

YOUR LETTER OF JANUARY 10, 1964  
HAS BEEN RECEIVED AND THE  
MATTER IS BEING CONSIDERED

YOUR LETTER OF JANUARY 10, 1964  
HAS BEEN RECEIVED AND THE  
MATTER IS BEING CONSIDERED

De: carlosnambu <carlosnambu@terra.com.br>  
Enviado: quarta-feira, 15 de novembro de 2006 21:03:42  
Assunto: En:Reunião do Fórum Estadual

Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo - FEDDCA/SP

Data: 18/11/2006

Horário:9:30 às 13:30

Local: Rua Marquês de Itú, 298 - República

Pauta: Participação nas Conferencias e Avaliação das Ações do Fórum

De: Ariel de Castro Alves <ariel.alves@uol.com.br>  
Enviado: quarta-feira, 15 de novembro de 2006 12:59:22  
Assunto: [per\_educ] Fw: Senado aprova modificação no ECA

Da Adital (www.adital.com.br)

13.11.06 - BRASIL

Senado aprova modificação no ECA

Adital - O Projeto de Lei que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e torna crime a aquisição de material pornográfico com imagens de crianças e adolescentes foi aprovado na última quarta-feira, 08 de novembro, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal Agora, a proposta está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação do Senado aguardando designação do relator.

O projeto de relatoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) adiciona um inciso ao ECA (Lei 8.069/90) para punir quem adquiere material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes, inclusive por meio da internet, e cria um parágrafo, na mesma legislação, prevendo que o provedor do site, através do qual o material foi adquirido, seja obrigado a comunicar o fato ao Ministério Público A aprovação do projeto pretende tornar mais rígido o combate à pedofilia na Internet.

Atualmente, só quem faz a divulgação ou comercialização de fotos e vídeos contendo cenas de sexo com crianças fica sujeito a pena de 2 a 6 anos de prisão e multa. Com a aprovação do projeto de lei, essa pena será estendida para quem é pego portando peças desse tipo em seu computador ou gravadas em CD, mesmo que o material não esteja sendo compartilhado.

Além do projeto aprovado pelo Senado, outros quatro estão sendo apresentados pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Exploração Sexual. Se o conjunto dessas propostas for aprovado será um avanço na responsabilização e punição dos envolvidos com Exploração Sexual Infantil no Brasil. As leis do país favorecem a impunidade dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Ao publicar em meio impresso, favor citar a fonte e enviar cópia para: Caixa Postal 131 - CEP 60.001-970 - Fortaleza - Ceará - Brasil



De: Carlos <carlosnambu@terra.com.br>

Enviado: domingo, 12 de novembro de 2006 15:59:30

**DOC 10/11/06 – PÁG.1**

**DECRETO Nº 47.864, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2006**

*Institui o Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor.*

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os atuais mecanismos de acompanhamento, integração e gestão das diversas formas de parceria firmadas com entidades privadas do terceiro setor, em prol da maior eficiência, eficácia e transparência das ações desenvolvidas pela Administração Municipal,  
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor, coordenado pela Secretaria Municipal de Gestão, o qual deverá incluir todas as entidades que tenham celebrado convênios, termos de parceria ou contratos de gestão com a Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, em vigor na data da publicação deste decreto, abrangendo todas as parcerias institucionais firmadas com entidades civis sem fins lucrativos, inclusive aquelas qualificadas como Organizações Sociais - OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, nos termos da Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, e do Decreto nº 46.979, de 6 de fevereiro de 2006, respectivamente.

§ 1º. O Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor compreende as relações institucionais da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional com:

I - Entidades Parceiras do Terceiro Setor - EPTS: as fundações e associações civis sem fins lucrativos que atendam à legislação específica, aptas a apoiar os órgãos municipais no desenvolvimento de suas atividades e projetos;

II - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs: as entidades reconhecidas no âmbito do Município de São Paulo, na forma do Decreto nº 46.979, de 2006, e aptas ao desenvolvimento, em regime de gestão compartilhada, de projetos pertinentes às áreas enumeradas no artigo 3º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

III - Organizações Sociais - OS: as entidades assim qualificadas pelo Poder Executivo Municipal, na forma da Lei nº 14.132, de 2006.

§ 2º. Para os fins deste decreto, parcerias institucionais são aquelas estabelecidas de acordo com diretrizes e parâmetros definidos no âmbito de atuação de cada ente ou Secretaria executora, nos termos da legislação específica aplicável, por meio de:

I - convênios com as Entidades Parceiras do Terceiro Setor - EPTS;

II - termos de parceria com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs;

III - contratos de gestão com as Organizações Sociais - OS.

Art. 2º. Deverão, igualmente, integrar o Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor, respeitados os requisitos legais específicos, as entidades que desejarem se credenciar para firmar parcerias com a Administração Municipal, seja sob forma de convênio, termo de parceria ou contrato de gestão.

Art. 3º. O Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor deverá ser implantado pela Secretaria Municipal de Gestão no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação deste decreto.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Gestão editará portaria estabelecendo os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, visando ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Gestão disponibilizará, por intermédio do Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet, o Cadastro Municipal Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor e as informações relativas aos convênios, termos de parceria, contratos de gestão e, principalmente, aos processos de respectivo controle e avaliação de eficiência, eficácia e efetividade, sem prejuízo de outros instrumentos formais de controle.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de novembro de 2006, 453º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

JANUARIO MONTONE, Secretário Municipal de Gestão

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de novembro de 2006.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO, Secretário do Governo Municipal



## Traga seu grupo

**Classificação: 12 anos**  
**temporada de 16 de novembro**  
**a 15 de dezembro de 2006**

O Teatro Popular do SESI tem o prazer de convidar para o espetáculo "BIG BANG", com a Cia Trucks Teatro de Bonecos.

A entrada é franca e há a possibilidade de reserva antecipada de lugares para grupos. Esta é uma oportunidade de colocar seu grupo em contato com o universo das artes e da cultura.

A peça aborda assuntos variados, que vão desde relatos bíblicos e devaneios filosóficos até inspirações poéticas de pesquisas científicas.

A técnica usada no espetáculo é inspirada no Bunraku Japonês - tradicional gênero teatral documentado desde o século XVIII, em que se usa bonecos animados, ao mesmo tempo por 3 atores, sem uso de varas ou fios para dar vida às suas figuras e o fazem à vista da platéia.

**FIESP**  
**SESI**  
**SENAI**  
**IRS**

Para conhecer o funcionamento do processo de agendamento, datas e horários disponíveis, entre em contato pelo telefone (11) 3146-7396 de segunda a sexta-feira das 10 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

